

“A BELLA ESPOSA COM O ESPOSO AMANTE”:  
AS MULHERES DOS GOVERNADORES DAS  
COLÔNIAS PORTUGUESAS NA SEGUNDA  
METADE DO SÉCULO XVIII E  
INÍCIO DO SÉCULO XIX

*“The beautiful wife with the lover husband”:  
Portuguese colonial governors’ wives in the  
mid 18th and early 19th centuries*

---

*Magnus Roberto de Mello Pereira\**

**RESUMO**

Os governantes das colônias portuguesas não costumavam levar consigo suas mulheres. Nas últimas décadas do século XVIII, observa-se uma mudança notável e vice-reis e governadores passaram a seguir para as colônias acompanhados de suas mulheres e, muitas vezes, de filhos e filhas ainda pequenos, o que aponta para uma mudança de mentalidade em relação à família. O presente artigo tenta entender o papel exercido por essas mulheres nas colônias.

*Palavra-chave:* Europeização; amor romântico; sexualidade; mulheres nas colônias portuguesas.

**ABSTRACT**

The rulers of the Portuguese colonies did not usually take their wives with them. In the last decades of the eighteenth century, a remarkable change was observed and viceroys and governors proceeded to the colonies accompanied by their wives and often by small sons and daughters, which points to a change of

\* Professor Titular aposentado do Departamento de História da Universidade Federal do Paraná. O artigo é resultado de pesquisas financiadas pelo CNPQ, pela Fundação Araucária e pela Fundación Carolina.

mentality in relation to the family. The present article tries to understand the role played by these women in the colonies.

*Keyword:* Europeanization; romantic love; sexuality; women in the Portuguese colonies.

## *Introdução*

Desde o início da expansão portuguesa pela África, Ásia e América, era corrente que os governadores nomeados para as colônias partissem da Europa acompanhados de alguns parentes homens. Levavam irmãos, cunhados, primos e até mesmo alguns filhos. Os territórios do ultramar eram uma espécie de sorvedouro da elite masculina do Reino. Ao partirem para as colônias, em especial as da África, os governantes coloniais tinham em conta a grande possibilidade de não voltarem. Assim, eles quase nunca levavam os primogênitos, de modo a não arriscar num mesmo lance de sorte duas gerações da linha sucessória de suas casas.

A partir da segunda metade do século XVIII, observa-se uma mudança notável. Cada vez mais, vice-reis e governadores seguiam para as colônias acompanhados de suas mulheres e, muitas vezes, de filhos e filhas ainda pequenos, por vezes com trágicos resultados. Foi justamente nas conquistas da África, consideradas as colônias mais insalubres e letais, onde o fenômeno ganhou força. O progressivo aumento de casos de governantes a levar suas mulheres para as colônias aponta para uma mudança de mentalidade em relação à família. Diversos autores têm chamado atenção para as transformações das relações afetivas dentro do casamento na Europa setecentista<sup>1</sup>. Aos poucos, a sociedade portuguesa, um tanto atônita, também se viu às voltas com o amor romântico. Manter um casal de esposos separados por anos era até então considerado normal. Paulatinamente, à medida em que o século XVIII avançava, isto

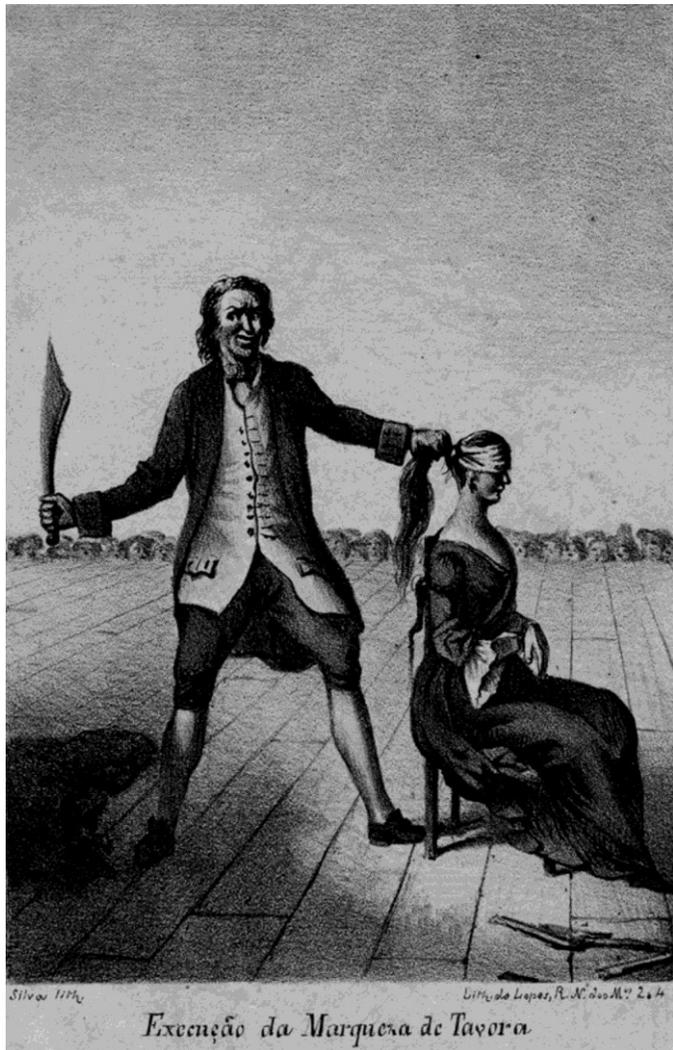
<sup>1</sup> Existe uma ampla bibliografia sobre o tema. Como síntese, ver o clássico de Macfarlane (1996). Para o caso português, Dantas (1917).

deixaria de ser aceitável e as companheiras começariam a acompanhar os maridos mandados às colônias. Na África, a ação dessas mulheres ultrapassava o âmbito familiar e elas passariam a ser protagonistas de uma ação ‘civilizatória’ sobre as integrantes femininas das elites coloniais, difundindo comportamentos e práticas trazidos da Europa. Não foi este, porém, o único impacto causado pela presença delas nas colônias.

### *Na Índia*

O estado das pesquisas sobre o tema ainda não permite que se saiba, com certeza, quais foram os primeiros dirigentes coloniais a levar consigo as esposas. Todavia, devido à repercussão que teve à época, o caso dos Távoras pode ser tomado como um marco do início do fenômeno. Quando Francisco Assis de Távora foi nomeado vice-rei da Índia, partiu para Oriente acompanhado pela marquesa de Távora, sua mulher e prima. Seguiram junto diversos outros parentes. O casal permaneceu em Goa desde finais de 1750 até 1754.

Leonor Tomásia de Lorena e Távora não foi uma pessoa qualquer. O seu destino trágico estimulou a produção de uma extensa bibliografia sobre ela, que foi a única mulher condenada à pena máxima no famoso processo dos Távoras, através do qual o marquês de Pombal fez exterminar os principais integrantes desta poderosa facção da alta nobreza portuguesa, que notoriamente lhe fazia oposição. Acusada de cumplicidade na tentativa de assassinato do rei D. José, a marquesa de Távora morreu degolada em praça pública, no palco de horrores mandado construir por Carvalho e Melo, especialmente para a ocasião, num descampado próximo à torre de Belém.



Os Távoras faziam parte de um dos agregados familiares da nobreza portuguesa aos quais era entregue a administração do reino e

das colônias. Ora governavam uma das colônias da América, ora da África, ora do Oriente. Aqueles que se destacavam, ou sobreviviam, já que a mortalidade de europeus no ultramar era altíssima, podiam aspirar a se tornarem vice-reis do Brasil ou da Índia, a atuarem no Conselho Ultramarino ou na Casa de Suplicação de Lisboa ou, ainda, a ocuparem os altos cargos ministeriais no governo do reino. O avô do marquês de Távora, por exemplo, já fora vice-rei da Índia. Estudando a administração colonial portuguesa, a historiadora Maria de Fátima Silva Gouvêa (2001, p.308) sintetizou este tipo de situação.

O conhecimento acumulado nos diferentes estágios desse exercício administrativo consubstanciou uma forma singular de governar o Império. De um lado constituía-se uma elite imperial, recrutada no interior da alta nobreza, cujos grupos familiares vinham dando provas de uma íntima associação com a Coroa na implementação e defesa de sua soberania em ocasiões chave como a Restauração portuguesa. Davam provas de sua dedicação par com os interesses mais caros da nova dinastia, disponibilizando recursos de suas casas, constituindo laços entre si. Definia-se, dessa forma, um núcleo mais coeso de interesses em redor da governabilidade imperial portuguesa. De outro, consubstanciava-se um conjunto de estratégias, bem como uma memória, dedicadas ao exercício desse governo, viabilizadas pelo acúmulo de informações e pela constituição de uma visão mais alargada do Império como um todo, ambos produzidos pela circulação desses homens nos altos postos administrativos nas regiões ultramarinas.

O manejo da imprensa foi um dos saberes acumulados pelos integrantes dessa nobreza. Governadores e vice-reis coloniais foram responsáveis pela criação que um gênero literário, o das “relações”. Eram opúsculos, publicados quase sempre em Lisboa, que informavam o público metropolitano de sua atuação nas colônias. Os Távoras sabiam usar com maestria o poder da imprensa para manterem-se em evidência. O caso da viagem de D. Leonor foi tratado como fato

inusitado. Diziam seus incensadores que este lance ousado faria com que o governo do marquês fosse lembrado para sempre.

[...] pela raridade da assistencia, e da companhia da Illustrissima, e Excellentissima Senhora Marqueza de Tavora, a quem na India, sem menhuma exageraçãõ, levantarãõ ás suas virtudes padrões immortaes, que ficando eternizados nos coraçõens dos habitantes deste grande Continente, escurecerãõ a memoria dar grandes Heroínas, que nos dã a conhecer os escritos dos passados séculos (Pereira, 1753, p. Aiii).

O périplo do casal à Índia foi transformado em uma espécie de folhetim. As cartas do marquês de Távora e relatos de terceiros foram sendo publicados ao longo de todo o período da viagem e da estadia em Goa. Percebe-se, desde logo, que em torno dos Távoras havia um enxame de acólitos letrados, sempre dispostos a enaltecer suas façanhas. Um rápido levantamento bibliográfico referente à viagem e permanência do casal na Índia permite que se tenha uma ideia da dimensão desse esforço publicitário-editorial<sup>2</sup>.

Gloria portugueza: açãõ illustrada na despedida da Marqueza de Tavora, acompanhando seu esposo o Marquez de Tavora por Miguel Carvalho de Macedo Malafaia. Lisboa: Na officina de Pedro Ferreira, 1750.

Relaçãõ da viagem, que o Marquez de Tavora fez do porto desta cidade de Lisboa até o de Moçambique em huma carta, que do mesmo Estado mandou o P. Fr. Angelo dos Serafins. Lisboa: Na Offic. de Joze da Sylva da Natividade, 1751.

2 Além desse material impresso, circulou em Lisboa uma imensa quantidade de cartas e poemas, manuscritos. Ver Rivara (1850, v.1, p. 293-295).

Relação da viagem, que o Illustrissimo, e Excellentissimo Marquez de Tavora, Vice-Rey do Estado da India, fez do porto desta Cidade de Lisboa até o de Moçambique, e depois ao da Cidade de Goa, onde fez a sua entrada publica, e deo principio ao seu feliz governo em huma carta, que do mesmo Estado mandou o P. Fr. Angelo dos Serafins ao P. Fr. de Santa Eulalia. Lisboa: na Officina de Miguel Rodrigues, Impressor do Eminent. Senhor Card. Patriarca, 1751.

Relação da viagem, que do porto de Lisboa fizerão à India os Ill.mos e Exc.mos senhores Marquezes de Tavora pelo doutor Francisco Raymundo de Moraes Pereira. Lisboa: Miguel Manescal da Costa, 1752.

Novas applaudidas, em obsequio da noticia, que veyo de chegar com vida à cidade de Goa a... Marqueza de Tavora e o Marquez do mesmo titulo (obra poetica composta em romance) por Caetano Manoel de Barros. Lisboa: na Officina Alvarense, 1752.

Relação dos felicissimos successos obrados na India Oriental em o Vice Reinado do Marquez de Tavora Vice Rey, e Capitaõ general daquelle Estado: extrahida de algumas cartas remetidas a esta Corte escripta por Felix Feliciano da Fonseca. Lisboa: na Offic. de Domingos Rodrigues, 1753.

Annal indico-lusitano dos successos mais memoráveis, e das aççoens mais particulares do primeiro anno do felicissimo governo do illustrissimo, e excellentissimo senhor Francisco de Assis de Tavora por Francisco Raymundo de Moraes Pereira. Lisboa: Officina de Francisco Luiz Ameno, 1753.

Relaçam verdadeira dos felices sucessos da Índia, e victorias que alcansaram as Armas Portuguezas naquelle Estado; em o anno de 1752. cuja noticia se divulgou pela Esquadra Holandeza, que daquelas Regioens chegou a Amsterdam em o presente anno de 1753. Primeira parte. Lisboa: s.n., 1753.

Relaçam dos sucessos da Índia, no Vice-Reynado do Senhor Marquez de Tavora, II Parte: Com a verdadeira noticia do sucesso que teve a Nao de Viagem, que anchorou no porto da Bahia, em o dia 24 do mez de Fevereiro de 1753. Tudo copiado de huma Carta, que pela Não de licença enviou a esta Corte. Lisboa: s.n.,1754.

Relaçam das muitas, e singulares victorias, que contra o Rey Sunda, e outros Regulos confinâtes tem alcançado o incrível valor do... Senhor Francisco de Assis e Tavora, Marquez de Tavora, Conde de Alvor, Vice-Rey, e Capitão General do Estado da Índia &c. Lisboa: na Offic. de Domingos Rodrigues, 1754.

Annal Indico Historico do governo do... Marquez de Tavora, Vice-Rey, e Capitão General da Índia Terceira parte pelo Doutor Balthazar Manoel de Chaves. Lisboa: na Offic. dos Herd. de Antonio Pedrozo Galram,1754.

Lusitania gloriosa, e alegrias de Portugal, expressamente manifestadas na felicissima chegada dos... Marquezes de Tavora a esta Corte de Lisboa / por hum anonymo. Lisboa: na Offic. de Domingos Rodrigues, 1755.

No conjunto, essas relações e anais guardam uma diferença com o que vinha sendo publicado até então. As publicações equivalentes que se referiam aos anteriores vice-reis da Índia portuguesa tratavam

preferencialmente de feitos de armas<sup>3</sup>. A maior parte das publicações sobre o marquês de Alorna (1744-1750), antecessor de Távora no governo, ainda repercutia essa tradição<sup>4</sup>. Com o casal Távora, ganham espaço editorial alguns aspectos da vida mundana.

Em Goa, ainda sobrevivía a tradição herdada dos tempos áureos das colônias do Oriente das comemorações caríssimas e aparatosas de dias santificados e de efemérides referentes aos reis de Portugal. Os vice-reis também costumavam transformar suas posses e outros atos de governo em grandes festas públicas, cheias de pompa e circunstância<sup>5</sup>. Com os Távoras, tudo isso se manteve, no entanto começou a ganhar força uma dimensão mais privada de festejos, como o do aniversário da marquesa.

Em 25 de Março [de 1751] se festejaraõ os annos da Illustrissima, e Excellentissima Senhora Marqueza de Tavora, dando se Principio pela festa, que Suas Excellencias com devota magnificencia mandaraã fazer á Virgem nossa Senhora, que naquelle dia se festejava em toda a Igreja Romana com o sagrado, e entre. todos o mais solemne mysterio da Encarnaçõ. [...] Seguiose o obsequioso cortejo, que todos fizeraõ a Suas Excellencias no aposento da Senhora Marqueza, e no do Marquez Vice-Rey se servio a toda a Corte hum magnifico jantar, que se concluiu com tres salvas da nova invençãõ, cuja artilharia se achava postada, e coberta com huma Companhia do mesmo Corpo no cões do Palacio: as duas primeiras á saude de Suas Magestades reinantes, e a

<sup>3</sup> Ver, por exemplo, *Relaçam dos progressos das armas portuguezas no Estado da India*, no anno de 1713. Sendo vice-rey, e capitam general do mesmo Estado Vasco Fernandes Cesar de Menezes. Lisboa: na Officina de Pascoal da Sylva, 1716. e *Relaçãõ dos felices successos da India desde Janeiro de 1749 até o de 1750*, no governo do Senhor D. Pedro Miguel de Almeida e Portugal, Marquez de Alorna, Conde de Assumar fielmente escrita pelo Capitaõ Engenheiro Manoel Antonio de Meirelles Lisboa: na Officina de Francisco Luiz Ameno, 1750.

<sup>4</sup> *Relaçãõ da conquista das praças de Alorna, Bicholim, Avaro, Morly, Satarem, Tiracol, e Rary* pelo Senhor D. Pedro Miguel de Almeida, e Portugal, fielmente descripta pelo capitam engenheiro Manoel Antonio de Meirelles. Lisboa: na Officina de Manuel Coelho Amado, no largo da rua das Fontainhas junto ao Corpo Santo, 1747.

<sup>5</sup> *Relaçãõ da posse, e da entrada publica que fez na cidade de Goa o... Senhor D. Pedro Miguel de Almeida, Marquez de Castel-Novo e oraçãõ que na sua entrada disse Thomé Ribeiro Leal* escrita por Ambrosio Machado. Lisboa: na nova officina Sylviana, 1746.

ultima á de Suas Excellencias. De tarde concorreraõ todas as Senhoras a vistar a Sua Excellencia, e felicitala pelos seus felices annos, a quem de noite fez servir huma esplendida céa. Muitos instrumentos no rio fizeraõ anoite mais plausivel, concorrendo varios engenhos a recitar algumas poesias em obsequio de Suas Excellencias (Pereira, 1753, p. 14-15).

O que se observa em relatos como esse é que a presença da marquesa provocou a instituição de uma pequena corte, em moldes europeus, com a afluência a palácio das mulheres da elite local para jantares e sessões de música e poesia. Excluindo-se aqueles que tratavam exclusivamente de feitos de armas, a presença de D. Leonor passaria a ser uma constante nas relações. O marquês fazia-se acompanhar da esposa mesmo em algumas viagens de serviço. Ora estavam em Bardez, ora em Salcete, ora em Rachol, onde os moradores “festejaraõ a Suas Excellencias com divertimentos innocentes, dando provas do quanto lhes era estimavel, que a Senhora Marqueza honrasse com a sua presença aquella Provincia, e a sua Capital” (Pereira, 1753, p. 22-26).

A tradição das grandes festas públicas alcançou seu máximo esplendor quando chegaram a Goa as notícias da morte de D. João V e da aclamação de D. José. O marquês de Távora decretou luto público, as bandeiras foram baixadas a meio-pau e as fortalezas começaram a disparar salvas de hora em hora.

Os primeiros, que puzeraõ em execugaõ a demonstraçaõ de seu sentimento, foraõ os Padres Jesuitas, erigindo hum soberbo mausoléu no grande Tempo da sua Casa Professa, que se vio todo cuberto de negro, ornado com diversos epigraphes, em que se achavaõ escritas em verso Latino lyrico, e heroico, as virtudes, que mais realçavaõ no defunto Monarca (Pereira, 1753, p. 32-33).

A exemplo do acima referido, outro mausoléu, “tirado pelo risco do que se tinha fabricado na Basilica de S. Maria de Lisboa” foi

erguido no grande templo da Sé de Goa. Seguiram missas com cantos fúnebres e a cerimônia da quebra de escudos, na qual eram destruídos os brasões com as armas do rei defunto, bem como os sinetes, com as mesmas armas, usados para autenticar a documentação oficial.

Rei morto, rei posto. Encerradas as pompas fúnebres, tiveram início os festejos da coroação do novo monarca. O Senado da Câmara determinou que fossem feitos quatro dias de luminárias e que as noites “fossem ocupadas de danças, encamisadas<sup>6</sup>, e outros semelhantes festejos que a antiguidade portuguesa trouxe à Índia” (Pereira, 1753, p. 39). Todos os prédios públicos e religiosos foram iluminados, assim como os navios.

Toda a Fidalguia, e Nobreza, concorrerão ao palácio do Marquez Vice Rey para o acompanharem para a Cidade. Sahiraõ com effeito Suas Excellencias pelas duas horas da tarde, vestidos de gala, que naõ excedendo os termos da ley, mostraraõ na delicadeza, e adorno dos vestidos, quanto alegres, e gostosos festejavaõ taõ grande dia. A mesma grandeza respirava nos vestidos de sua luzida família. Todos os mais, que acompanhavaõ a Suas Excellencias, e appareceraõ nesta magnifica funçaõ, segundo os seus estados, póstos, e occupações, fizeraõ renovar a lembança da passada grandeza da India (Pereira, 1753, p. 40).

Após os festejos em Goa, os marqueses se transferiram para Panjin, em cujo paço foi improvisado um teatro. As representações começaram com “Tragedia de Poro, Rey da India, vencido por Alexandre Magno, obra de Monsieur Cornelhe, em verso Francez”<sup>7</sup>. No dia seguinte, o marquês serviu um banquete aos convidados e, à noite, a marquesa serviu “huma cea.com igual profusão a todas as Senhoras, que tinhaõ concorrido ao seu quarto” (Pereira, 1753, p. 53-54). Esta passagem dos Anais dá a entender que a marquesa teria à sua

<sup>6</sup> Festa noturna, com tochas, em que os participantes se fantasiavam de figuras ridículas ou de animais.

<sup>7</sup> Na Relação, a obra foi atribuída a Corneille, mas, provavelmente, tratava-se de um fragmento da tragédia “Alexandre, o Grande”, de Racine (1755).

disposição espaços próprios para receber em grande estilo, assim como provavelmente tinha em Lisboa. O paço de Panjin teria sido organizado segundo o modelo da arquitetura áulica parisiense, que estabelecia espaços separados para os esposos da grande nobreza francesa<sup>8</sup>.

No dia seguinte, houve ópera “em que entravam quatro familiares da casa de Suas Excellencias, tres Francezes, hum Portuguez, e dous Officiaes Francezes” (Pereira, 1753, p. 54). A marquesa se responsabilizou pessoalmente da indumentária e providenciou um resumo do libreto em português para os não versados no idioma francês. Mais um dia e as festas continuaram. Outro almoço oferecido pelo marquês e ceia, pela marquesa, após o que foi encenada a ópera portuguesa “Adolonymo em Sydonia, executada por vários curiosos Portuguezes”<sup>9</sup>.

Em seu conjunto, esses textos enfatizam as alegrias da vida de uma pequena corte europeia no exílio. No entanto, a situação era bem mais problemática do que isso e viver em Goa implicava, de fato, num grande risco. O conde de Alva, que sucedeu Távora, morreu num desastrado ataque à fortaleza de Pondá<sup>10</sup>. Mais uns anos e morreria em exercício o Governador João José de Melo (1770-1774). De fato, quem vivia em Goa corria mais riscos patológicos do que militares. Desde sua ocupação e refundação pelos portugueses, a cidade foi um sorvedouro de homens brancos. Assim que desembarcavam dos galeões, soldados, marinheiros, fidalgos, sacerdotes e comerciantes europeus eram logo acometidos de febres e disenterias que consumiam um bom percentual dos recém-chegados. Os mananciais que abasteciam de água a cidade estavam todos contaminados. Para ‘fazer a Índia’, antes era preciso sobreviver aos ‘micróbios’<sup>11</sup>.

Ao longo do século XVII, a conjunção entre as guerras holandesas e os periódicos surtos de cólera causou o despovoamento

8 Sobre tais palácios, ver Elias (2001).

9 *Adolonymo em Sydonia* (1751).

10 *Relação dos successos prosperos, e infelices do Senhor D. Luiz Mascarenhas, conde de Alva, Vice-Rey em os Estados da India, referida a todo o tempo de seu governo, e ao acometimento da Fortaleza de Pondá aonde perdeu a vida por Joseph Roger*. Lisboa: na Officina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno, 1757.

11 Sobre a (in)salubridade das cidades coloniais portuguesas, ver Pereira (1998, p. 416-446) e Pereira (2005).

de Goa. Acabado o ciclo das riquezas do Oriente, a insalubridade do local assustaria cada vez mais. A cidade não mais oferecia a ilusão da riqueza fácil e, portanto, já não valia a pena correr o risco viver naquele local pestífero. Lentamente, Goa se dissolveria, “desamparada” dos moradores que partiam “buscando cada qual a sua saúde que não achavam na mesma cidade”<sup>12</sup>.

As tentativas de criação de uma nova capital para Goa começaram ainda no século XVII. Em 1684, o vice-rei conde de Alvor, transferiu a sede do governo para Mormugão<sup>13</sup>. O projeto foi abortado pela própria reação dos moradores. Logo após o retorno dos Távoras para Portugal, o marquês de Pombal ordenou que a velha Goa fosse reconstruída em seu sítio original, num ato simbólico de revivescência das glórias passadas do Império do Oriente. Entretanto, o projeto esbarrou na alta mortalidade dos trabalhadores indianos convocados para a obra, o que levaria a que esta fosse temporariamente suspensa. Os marqueses de Távora oscilavam entre Panjin e as ruínas da velha Goa. Panjin acabaria oficialmente alçada à condição de sede administrativa da colônia em 1759, quando o vice-rei conde de Ega mudou-se para lá em definitivo. Todavia, em 1779, já no governo de D. Maria, foi feito um último esforço de reconstrução da cidade, mas um surto de cólera que atingiu militares portugueses e trabalhadores indianos fez com que a ideia fosse sepultada de vez.

## *No Brasil*

Ambos os integrantes do casal Távora eram o que hoje se costuma chamar de ‘formadores de opinião’. A eficácia de seu poder de persuasão pode ser atestada pelo ódio que lhes dedicava Pombal. Não é

12 Pareceres que os médicos, cidadãos como peritos deram do estado em que se achava a cidade, e do exame e vistoria que procederam dos poços, canos, e mais lugares da mesma cidade, e seus subúrbios, em execução da carta de S<sup>o</sup> Ex<sup>o</sup>. (In Albuquerque, 1909, p. 359)

13 Sobre a mudança da capital, ver Pereira (1932, p. 41 e ss) e Martins (1910, p. 34-42, 89-100).

descabido pensar, portanto, que a ida da D. Leonor à Índia, acompanhando o marido, tenha sido um exemplo importante no processo de mudança de mentalidade. De modo lento, inicialmente, aquilo que tinha sido uma exceção passaria a ser cada vez mais frequente.

Anos depois, quando o marquês de Valença foi nomeado para o governo da Capitania da Bahia, sua mulher, Maria Telles da Silva, resolveu acompanhá-lo. Ambos faziam parte dos agregados familiares a que nos referimos anteriormente. Ela era filha do marquês de Penalva, de cuja casa saíram diversos governantes coloniais. Em 1779, uma decisão como essa ainda causava espanto, o que provocou a publicação de um soneto elogioso. Sua bravura superava à dos varões assinalados por Camões. A bela esposa seguia o esposo amante, mas enquanto um arriscava a esperança de sua casa, a outra arriscava a vida.

Não armas, nem varões assinalados  
 Que da Occidental praia Lusitana  
 Por mares nunca antes navegados  
 Passassem muito além da Toprobana,  
 Cantarei; mas ainda a mais se anima  
 O meu humilde metro em breve rima.  
 [...]  
 A Patria, que aos Heroes mais valorosos  
 Causou sempre saudade irresistivel,  
 Vejo deixar: e aos mares procelosos,  
 Sem horror de borrasca mais terrivel,  
 Entregar-se com animo constante  
 A bella esposa com o Esposo amante.

Por Mar ía buscando o Vélo de ouro  
 Dos Argonautas a ambição famosa.  
 Mas que por mar transporte o seu Thesouro,  
 Quem sobre a terra firme em paz o goza!  
 Qual tenha mais valor, ningem duvida.  
 Hum arrisca a esperança; o outro a vida.

Porém de que me admiro? Nesta empreza  
 Tem Maria em seu Nome hum claro auspicio,  
 Que desterra o temor á natureza,

Porque do mar não tema o precipício.  
 Mão pôde ser que mwdo ás aguas tome,  
 Se he mais pequeno o *Mar*, do que o seu Nome<sup>14</sup>.

As fontes conhecidas não permitem acompanhar a atuação de Maria Telles da Silva na Bahia. De concreto, a única coisa que se sabe da presença da marquesa em Salvador é que ali ela deu à luz o seu primogênito, José Bernardino de Portugal e Castro, o 5º marquês de Valença. Devido a um fenômeno ainda por ser explicado, nas colônias da América portuguesa não se firmou a tradição da escrita, e muito menos da publicação, de catálogos e relações de governadores. Assim, no Brasil, pesquisas na área estão apenas engatinhando, mas parece que o fenômeno só ganhou força após a transferência da coroa para o Rio de Janeiro. O motivo é óbvio. Os governantes designados para as capitanias já estavam no Brasil com suas famílias. Feito um levantamento prévio, referente ao período anterior a 1808, são raríssimas as referências, mas há pelo menos um caso a mencionar.

João Alberto Miranda Ribeiro, que foi governador de Santa Catarina, (1793-1800) esteve no Desterro (hoje Florianópolis) acompanhado de sua mulher: Maria do Carmo Teresa Bernarda da Silveira. Existem indícios que essa pequena vila do sul do Brasil tenha sido palco de uma certa mundanidade europeia que se desenvolveu sob a influência do governador e esposa.

Quando em Setembro de 1797 estive pela primeira vez na Ilha de Santa Catharina, assisti a huma função que fez o Governador que então era daquela Ilha, João Alberto Miranda Ribeiro, em obsequio ao Vice-Almirante Antonio Januario do Valle, General da Esquadra que naquele anno veio para o Brasil, e então se achava ancorada no porto da sobredita Ilha. Em hum baile que também deo o dito Governador pelo mesmo motivo, vi

<sup>14</sup> *Canção em que se pertendia louvar a Senhora Marqueza de Valença* D. Maria Telles da Silva, pela resolução de acompanhar ao Governo da Bahia a seu esposo Senhor Marquez de Valença por José Jacinto Nunes de Mello, Conego da Sé Metropolitana de Evora. Lisboa: na Regia Officina Typografica, 1779. p. 3-5.

uma brilhante companhia de senhoras e de homens, das famílias mais distintas do paiz, e huma numerosa orchestra, em que havia e se tocarão todos os instrumentos de sôpro, e de cordas, com harmonia e bom gosto. Cantarão varias Senhoras e dançarão minuets, contradanças, e valsas, tudo segundo os usos da Europa. Fiquei admirado de encontrar tudo isto em huma terra tão pequena do Brasil, e n'hum paiz, cujo aspecto então me havia indicado somente a abundancia de estupidez, e a falta de civilização, tanto no physico, como no moral (Brito, 1832, p. 74).

Não se imagine, no entanto, que as capitánias do Brasil eram ilhas de salubridade. Miranda Ribeiro, já às portas da morte, entregou o governo de Santa Catarina ao triunvirato que o sucedeu. Faleceu no dia seguinte. A mulher sobreviveu.

### *Em Moçambique*

Mais do que as colônias do Oriente e da América, as da África provocavam pânico entre os governantes para lá enviados. Um posto de comando em Angola ou Moçambique era considerado uma quase sentença de morte, um sacrificio que as casas nobres faziam à coroa. Era comum que os sobreviventes de uma missão na África fossem promovidos a postos mais elevados. A teoria microbiana ainda não tinha sido inventada, mas já havia a percepção empírica de que certos indivíduos eram mais imunes aos miasmas, hoje diríamos vírus, bactérias e protozoários, das infectas colônias. Na tradição médica ocidental da época, as mulheres eram consideradas seres muito mais frágeis do que os homens. Ainda assim, os administradores coloniais, movidos pelos novos paradigmas das relações conjugais e familiares que estavam a se estabelecer começaram a levar mulheres e filhos em suas companhias quando partiam para as colônias, mesmo as da África.

Em Moçambique, Diogo Martim de Sousa Teles de Meneses foi o primeiro dirigente a correr o risco. Ele foi governador desta colônia entre 1793 e 1797 e quando para ali viajou levou consigo a mulher, ainda muito jovem. Poucos meses após chegar à África, D. Ana Cândida de Sá Brandão faleceu. Foi sepultada na igreja de Nossa Senhora do Carmo, na Ilha de Moçambique (*Arquivo Pittoresco*, 1866, v. 9, p. 236). Diogo de Sousa não voltou a casar. Em seu governo, esteve às portas da morte, mas, apesar de desdentado pelo escorbuto, conseguiu sobreviver. Acabou fazendo carreira no Brasil, onde foi governador das capitanias do Maranhão (1798-1804) e, mais tarde, de São Pedro do Rio Grande (1809-1814). Por seus serviços, recebeu o título de conde do Rio Pardo. Foi ainda vice-rei da Índia portuguesa. Em sua permanência na Índia, em oposição ao que ocorrera com os Távoras, D. Luís de Sousa “Não deu, nem assistiu durante o seu governo a baile algum, nem fez visitas a não ser ao arcebispo ou desembargadores e raríssimas vezes á algum homem privado” (Abreu, 1869, p. 34). Sua diversão eram os passeios e ele mantinha no palácio, para o próprio prazer, um trio de cordas, no qual ele também tocava.

O gesto de levar a mulher para as colônias foi repetido pelo astrônomo paulista Francisco José de Lacerda e Almeida, designado governador da capitania dos Rios de Sena (1797-1798), em Moçambique. Quando partiu para a África, Lacerda levava consigo a esposa, bastante mais jovem que ele, e a filha primogênita. A mais nova, ainda bebê, ficou em Lisboa aos cuidados dos avós maternos<sup>15</sup>. Lacerda também se fazia acompanhar de um grupo de rapazes, parentes dele e da mulher. É muito provável que ele e sua companheira fossem aparentados ou que suas famílias paternas tivessem alianças parentais mais profundas.<sup>16</sup> Acompanhando o explorador, também partira para a África uma agregada, que seria sua filha natural ou irmã de criação.

<sup>15</sup> Desta filha de Lacerda e Almeida descende a conhecida atriz portuguesa Maria de Medeiros (Esteves Victorino de Almeida).

<sup>16</sup> Entre os 5 e os 12 anos, o pai de Lacerda e Almeida viveu em Figueiró dos Vinhos, de onde saíram os acompanhantes do astrônomo, na casa de um tio chamado Manuel de Araújo. Ver Martins (1997, v.2, p. 5).

Para Cecília Levache de Lacerda, a jornada seria fatal. O próprio Lacerda não duraria muito mais. Pouco depois, veio a falecer no sertão africano. Seus biógrafos procuraram entender as razões que o levaram a envolver mulher e filha em tão arriscada viagem, considerando tal atitude como inusitada. Se Lacerda tinha como missão atravessar a África, o que seria de suas acompanhantes? Pretendia levá-las junto? Mandá-las-ia de volta a Portugal? Neste último caso, por que submetê-las a tão perigosa viagem à África? Filipe Eça (1951, p. 77-79) fez uma série de suposições sobre a questão, sem, contudo, vislumbrar as hipóteses mais prováveis.

A situação do casamento entre Lacerda e sua parenta juvenzinha não são bem conhecidas. Tudo indica, no entanto, que houve um *affair* amoroso que traz as marcas da ação de cupido a baralhar as práticas dominantes dos arranjos familiares, destinadas a dar bases mais sólidas aos casamentos do que às proporcionadas por meros afetos. Em sua correspondência e diários de viagens, provavelmente devido ao tom oficial de ambos, Lacerda fala raras vezes de seus familiares. No entanto, em um de seus diários existe uma passagem exemplar sobre o tema. Ao comentar a propensão para a dança entre os africanos, ele estabeleceu um contraponto entre a alegria de viver dos nativos e sua tristeza, causada pela doença da mulher e da filha, deixando consignado o característico exacerbar das afetividades familiares, que as novas sensibilidades exigiam.

Más ah! a minha [alegria] éra muito pouca: hua opaca Sombra me tirava a Lúz dos Olhos, e a densa nuvem que envolvia meu Coração, me privava de achar graça nestes Singelos divertim.<sup>tos</sup>, e dar lhes todo apreço que talvez elles merecem, pois duas Creaturas q’ me amaõ, e Saõ amadas com igual ternura, e alem disto me Servem de ConSolação por estes dezertos, estavaõ em evidentiSsimo perigo de Vida, motivado pela febre

maligna, podre, ou purpura, que as atacou ao terceiro dia de Viagem<sup>17</sup>.

Contudo, em momentos posteriores, Lacerda e Almeida se envolveu em um conjunto de práticas familiares cujos fundamentos, muito mais arcaicos do que o amor romântico, levam a desconfiar dos reais motivos da presença da mulher e da filha em solo africano. Tudo indica que ele jogou uma cartada definitiva, na qual apostou não apenas a própria vida, mas as das duas mulheres da família.

Os estudiosos de história do Brasil Colônia tendem a achar que a colonização portuguesa se apoiou em um modelo institucional único baseado na conjunção entre senhorios territoriais (as capitânicas hereditárias, cujos capitães acabaram substituídos por governadores nomeados pela coroa), instituições municipais e a distribuição de terras em sesmarias. De fato, este modelo foi amplamente utilizado nas colônias do Atlântico, mas no Oriente a situação era muito diferente. Em Moçambique, por exemplo, não foram criadas câmaras municipais antes do final do século XVIII e a ocupação do território apoiou-se institucionalmente na concessão enfiteutica de terras dadas em prazos fixos, normalmente em ‘três vidas’ ou gerações: a do primeiro beneficiado, a de seu filho e a de seu neto. Não eram de hereditariedade perpétua, como as capitânicas do Brasil, mas na prática a coroa tendia a reconfirmar a concessão nos próximos herdeiros das famílias agraciadas. Mais interessante é perceber que, aos poucos, firmou-se a tradição de que as doações fossem feitas a mulheres e que a sucessão fosse pela linha feminina. A extensão dos prazos concedidos em Rios de Sena (Zambézia), uma capitania anexa à de Moçambique, eram contados em dias de viagem. Alguns chegavam a mais de 20 dias de percurso em qualquer direção. Diversas das prazeiras moçambicanas tornaram-se verdadeiras rainhas africanas, que comandavam exércitos particulares. Segundo o historiador Charles Boxer, as Donas da Zambézia foram um caso único (Boxer, 1975, p. 84).

Uma das prazeiras mais famosas foi Dona Inês Cardoso, “com cujas posses eram constituídas por dois prazos, o de Gorongosa, “com

17 BNRJ, Seção de Manuscritos, I-28,28,8. (In Pereira & Ribas, 2012, p. 552)

18 ou 20 dias de comprimento, e outros tantos de largura”, e o de Chiringoma, que tinha “de comprimento 20 dias, e outros tantos de largura”, além de um plantel de mais de 600 escravos (Miranda, 1955, p. 291). D. Inês casou por procuração com um ex-governador de Macau. Acusando-o de impotente, resolveu separar-se dele e tomar-lhe as terras dadas em dote. O fidalgo recorreu à justiça da ilha de Moçambique e obteve ganho de causa. Isso despertou a fúria da prazeira, que decretou a morte do marido, que acabou fugindo. Em sua perseguição, ela desceu o Zambeze à frente de seu exército particular, deixando um rastro de destruição em seu caminho. O Governador de Moçambique conseguiu, por fim, prendê-la e os seus prazos foram confiscados e transferidos a uma sobrinha herdeira<sup>18</sup>.

Outro conhecido episódio de insubmissão militar foi cometido pela prazeira D. Francisca Josefa de Moura e Menezes, conhecida entre os nativos por Chiponda, a que tudo arrasa os pés (Rodrigues, 2000). O próprio Lacerda deixou registrado um relato do acontecido.

Com Antonio Manoel de Mello e Castro quando Governava [...] estes Rios, que Donna Francisca Jozefa de Moura e Menezes (pesuidora de Oito Terras todas abundantes de Escravaturas) o amiaçou, e pasandose a Outra banda dáLem do Rio Zambeze, tençionou mandar Caferria em tanta quantidade, que Arrazase as Cazas em que ele Rezidia, e toda esta Villa. Agostinho de Couto Gameiro de Magalhens que Se achava Cazado na Villa de Sena Com Donna Iignes Pessoa de Almeida Com Numerozas escravaturas e Caferria, achando-se prezo na Cadeya da referida Villa, ententou tambem aRazar a prizam, e aquela Villa, o que Sertamente Conseguiria, Se por notiSsias Sertas não foçe manifesta a Sua Rezoluçam: E Custodio de Araujo Bragança, por se achar possuidor desta Caza de Donna Iignes, Com quem Cazou depois; nos prosimos Annos d’ 1793 e 1794 Sendo Comandante da Referida Villa, praticando os Maiores abSurdos Com os Collonos e Habitantes das Suas Terras,

18 Referências ao episódio são frequentes na documentação moçambicana. Uma boa descrição aparece em Lobato (1957).

e preocupando-se do desVaneçimento de Ser poderoso e munto opulento, não So lhe pareceu impropio ao decoro da Sua pessoa qualquer advertência do Governador destes Rios que entam hera Cristovam de Azevedo, e VasconSselos, mas ainda aSentou, que lhe não devia obedeser, e nem dar ExecuSão as Suas Ordens, de maneira que metendo-se em huma das Terras que peSsuia a Sua Caza Sem mais ConSentimento do dito Governador, ali Se fes forte Com quantidade de Cafres Armados, e Com Ordem de obedeserem à primeira Ordem que ele deSse; prometendo de Matar a quantos La foçem Com Ordens do dito Governador, e que a menor Violência que Se lhe fizeçe, arrazaria Sem demora a Referida Villa<sup>19</sup>.

Eram figuras como essas que atiçavam os sonhos e pesadelos dos governadores e outros funcionários da coroa enviados aos Rios de Sena. Na prática, o sucesso ou insucesso da missão de travessia da África dada a Lacerda e Almeida dependia diretamente dos prazeiros, a quem cabia fornecer-lhe carregadores e suprimentos. Não é de estranhar, portanto, que ele tenha estabelecido com os moradores da vila de Sena uma relação de amor e ódio.

Apesar disso, foi com essa mesma gente que o explorador estabeleceu vínculos familiares. Tratava-se de um mundo em que não havia o menor espaço para amores românticos. Os casamentos das prazeiras e a concessão de novos prazos eram questões de Estado. De um lado, estavam os governadores de Moçambique e dos Rios, que utilizavam os prazos tanto para fins políticos quanto para obter vantagens privadas, do outro lado, estavam as famílias da elite da Zambézia portuguesa, também interessadas em alianças matrimoniais com os oficiais da coroa, o caminho mais simples de acumular prazos, prestígio e poder naquela sociedade. Lacerda e Almeida mergulhou de corpo e alma neste jogo de alianças seladas através de matrimônios. Casou seus parentes com filhos de prazeiros e, por fim, ele próprio seguiu a mesma trilha.

19 AHU, Moçambique, Caixa 80, D81, f. 2-2v. (In Pereira & Ribas, 2012, p. 205).

Em correspondência ao Governador de Moçambique, Lacerda relata que “no dia 1.º de abril [de 1798] foi Deos Servido levar para si sua criada e minha mulher D. Cecilia, cuja perda me he muito sencivel pela boa amizade que entre nos havia, e docilidade do seo genio”<sup>20</sup>. O que ele não conta é que apenas três dias após a morte da esposa, casara-se secretamente com Leonarda Octaviana dos Reis Moreira, de 19 anos, sobrinha e herdeira justamente da Chiponda, D. Francisca Josefa de Moura Meneses. Desde longa data, a família desta prazeira seguia “a estratégia habitual da elite dos Rios de conseguir terras e maridos, preferencialmente reinóis, para as filhas” (Rodrigues, 2000, p. 114). No caso, o “reinol” era um paulista. Após a morte do explorador, sua filha permaneceu aos cuidados da Chiponda, mas parece não ter sobrevivido por muito tempo. Seus outros parentes fizeram bons casamentos e passaram a integrar a nobreza da terra.

Face ao que se pode observar, tudo indica que Lacerda partiu para Moçambique decidido a transformar sua família numa casa de prazeiros da Zambézia. A benesse que esperava por seus serviços à coroa era que a filha ou a mulher fossem contempladas com um prazo. Apesar de não ter conseguido sucesso no que se refere à sua família imediata, foi vitorioso em relação à família alargada. Já a elite prazeira, cada vez mais enegrecida, foi muito reticente em aceitar sua integração no novo colonialismo português que, em sintonia com a expansão imperial europeia, começou a ser estabelecido na segunda metade do século XIX (ver Capela, 1996).

## *Em Angola*

Angola era considerada uma colônia mais insalubre do que Moçambique. No entanto, os seus governadores parecem ter tido mais sorte. O primeiro a levar a esposa para Luanda foi José de Almeida

20 AHU, Moçambique, Caixa 80, D97. (In Pereira & Ribas, 2012, p. 216).

Vasconcellos de Soveral e Carvalho, o barão de Mossâmedes, que governou a colônia entre 1784 e 1790.

A sua Excelentissima Esposa, D. Maria Antonia Portugal, filha de D. Luiz de Souza, morgado de Matheus, e de D. Leonor de Portugal sua m<sup>ca</sup>, fes a heroicidade de o acompanhar, apezar de huã constituição fragil, e delicada, e da contingencia de um parto proximo, que felismente succedeo a 2 do mês seguinte ao desembarque; dando á Luz hum menino, q’ se chamou Manoel. Dous annos depois teve huã filha a q’ lhe derão o nome de Maria. Jozé o primogenito, ficou em Lisboa entregue aos cuidados de seu Tio Manoel de Almeida e Vasconcellos (Correia, 2014, p. 669).

D. Antônia participou ativamente da tentativa de estabelecer em Luanda mais uma dessas pequenas cortes coloniais em moldes europeus. Segundo o militar luso-brasileiro Elias Alexandre da Silva Corrêa, que viveu em Angola nesse período, a baronesa era uma mulher “de instrucção pouco comua no seu Sexo” e estava conscientemente imbuída do propósito de europeizar a elite feminina da colônia.

A Illustrissima Senhora Baroneza de Mossamedes, ardendo nos dezejos de fazer brilhante o tempo do governo de seu Illustre Esposo as convocou, e reduzio a apparecerem vestidas ao uso da Europa atraindo primeiramente á sua companhia algumas meninas das principaes familias, as quaes educou debaixo dos preceitos, e maneiras Europeãnas, mandando-as ensinar a custurar, a bordar, a ler, a escrever, a contar, a muzica, a dançar, e por consequencia falar (Correia, 2014, p. 309).

Os sucessores imediatos de Mossâmedes não seguiram seu exemplo, mas no início do século XIX voltaram os governadores a

levar mulheres e filhos para Angola. Antônio Saldanha da Gama, que desembarcou em Luanda em março de 1807, trazia consigo sua mulher, D. Antônia Basília de Brito que, segundo Castelobranco e Torres, também assumiu a incumbência de tentar europeizar as filhas da nobreza da terra, ensinando-as a ler e escrever, além de dar-lhes aulas de francês e de dança (Torres, 1825, p. 304). Joaquim Antônio Menezes, que ali nascera, confirma a atuação de D. Antônia em apoio ao governo do marido.

Sua virtuosa consorte D. Antonia Basilia de Brito, querendo contribuir para o aumento da gloria do governo de seu marido com actos de patriotismo, lembrou-se de dar em palacio lições de leitura, escripta, francez, e musica ás meninas das principais famílias da capital, e em quase todas as noites reunia-se ali a melhor companhia (Menezes, 1848, p.37).

O sucessor de Soveral e Carvalho, o Marechal Jozé de Oliveira Barbosa, chegou àquela colônia em maio de 1810, “acompanhado por sua Mulher e filhas, e por seu filho, Joze Thomaz de Oliveira Barboza, que com a Patente de Tenente, hia nomeado em Ajudante das Ordens” (Torres, 1825, p. 309).

A seguir, o governo de Angola foi assumido pelo almirante Mota Fêo, que levou do Brasil para Angola a mulher, D. Leocádia Thereza de Lima e Mello Falcão Vanzeller, e boa parte da família.

Em 20 de Maio de 1816, sahio da Cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro, Luiz da Motta Feo e Torres, levando, na Galera Amalia que o transportava, sua mulher e filhas, seu Irmão, Francisco Feo Cardozo e **SEU** filho, João Carlos Feo Cardozo ,ambos com exercicio de Ajudantes das Ordens, o 1º com a Patente de Tenente Coronel e o 2º com a de Capitam (Torres, 1825, p. 319).

A esposa de Mota Fêo não apenas sobreviveu a Angola, como viveu até os 82 anos e foi pranteada por Almeida Garret (2014).

### *Uma política?*

A sequência de governadores partindo para as colônias com mulheres e filhos parece indicar que estava a acontecer algo além de uma mudança de mentalidade. Não foi possível encontrar para a época nenhuma afirmação categórica a respeito, mas é provável que já houvesse, por parte da coroa e dos próprios administradores coloniais, a expectativa de o ambiente social promovido pela presença das mulheres dos governantes exercessem esse papel ‘civilizatório’ sobre as integrantes femininas das elites coloniais. Todavia, algumas décadas depois, o militar José Chelmicki afirmaria que D. Antônio Coutinho de Lencastre, que governou Cabo Verde entre 1808 e 1818, tinha essa percepção: “D. Antônio era muito amigo de festas e reuniões, considerando-as como ótimo meio para civilizar e animar aqueles povos” (Chelmicki, 1841. v. 1, p. 229).

Mas quem eram essas mulheres nativas pacientes da ação de outras, vindas do Reino? Estão ainda longe de ser estudadas e compreendidas as mulheres das diversas elites das colônias portuguesas. Dada a diversidade de situações, não é possível generalizar, mas existiram certos traços comuns, muitos deles provocados pelo costume de os portugueses, de todos os níveis sociais, não levarem suas companheiras europeias para as colônias. A miscigenação é o mais óbvio deles, todavia é importante lembrar que essa miscigenação não ocorria apenas no nível dos genomas, mas vinha acompanhada de resultados que eram culturais.

Em Angola, “o idioma dominante é o ambundo”, afirmava o militar luso-brasileiro Elias Alexandre Correia. “As senhoras costumadas, a fazerem-se entender às suas escravas por esta linguagem, são verbosas nas conversações familiares, e mudas nas polidas assembléias”. Já “os homens falam português, e são elegantes no Ambundo” (Correia, 2014, p. 332). Trata-se da mesma

duplicidade apontada por muitos historiadores que estudaram o Brasil no período colonial. Quem sabe, à época, em algumas regiões do Brasil a difusão da língua portuguesa estivesse mais avançada, mas isso não era regra absoluta. Em 1819, frei Francisco dos Prazeres, referindo-se ao Maranhão, diria:

Presentemente a língua corrente no país é a portuguesa; os instruídos a falam muito bem; porém entre os rústicos ainda corre um certo dialeto, que, enquanto a mim, é o resultado da mistura das línguas das diversas nações que tem habitado no Maranhão (apud Silva Neto, 1963. p. 90).

Apreciações como essas levavam em conta a partição social entre indivíduos da nobreza da terra e as massas das camadas populares, mas, como apontou Elias Correia, para Angola, ocorriam distinções referentes a gênero e isso também deveria ocorrer em grande parte do Brasil. Ao mundo do público, masculino, onde se mantinha certo europeísmo inclusive linguístico, contrapunha-se o mundo doméstico, espaço da mulher nativa ou mestiça, onde predominava a cultura receptora<sup>21</sup>. Quando forçada a vir ao mundo público, estas mulheres apareciam, aos olhos europeus, deslocadas ou cindidas entre as duas culturas. Elias Correia detectou exatamente esse fenômeno quando descreveu um casamento de integrantes da elite angolana:

Os lícitos consórcios: isto é: os matrimônios celebrados na Igreja, são revestidos de cerimoniais sérios, e polidos; mas internamente não desperdiçam os usos patrióticos. Enquanto o instrumental ressoa nas abóbadas da sala, a guingôma, e o batuque se ouve no quintal amotinando a vizinhança. A mesma noiva dança tibia, e constringida entre o concurso

21 No Oriente, na Guiné e nas ilhas africanas o fenômeno foi um pouco diferente, devido à formação de variedades dialetais crioulas da língua portuguesa. Nessas regiões, o embate era também entre o português europeu e os diversos crioulos locais.

dos convidados, enquanto o seu espírito anda distraído no festejo das escravas (Correia, 2014, p. 334).

## *Os Homens*

O processo migratório preponderantemente masculino, típico da expansão portuguesa, acarretou todo um conjunto de práticas sociais tanto no Reino, quanto nas colônias. Em Portugal ficavam as ‘viúvas’ cujos maridos haviam desaparecido ou se eternizavam no ultramar. O escravismo associado ao domínio português trouxe consigo certos ‘costumes’ sexuais e familiares muito presentes nos relatos da época. A elite colonial masculina simplesmente ‘servia-se’ de suas escravas, em qualquer parte do império. Mesmo quando eram casados, não deixavam de fazê-lo. Em Moçambique, era corrente que os autores das relações sobre aquela colônia, quase sempre oficiais administrativos, militares ou religiosos, apontassem que os colonos, “além das próprias mulheres, não deixam de procurar outras. Servem-se alguns de porta adentro com cem ou mais escravas” (Miranda, 1955, p. 253). Em Angola, o mesmo quadro.

O fogo da sensualidade atizado pela ardência do clima, devora a natureza humana. Os chefes de famílias toleram a multiplicação da riqueza nos filhos das escravas. Os solteiros isentos dos votos conjugais, se dedicam no centro de suas casas, a qualquer das escravas escolhidas para seus serviços. Os filhos são adotados sem reboço pelos pais, e denunciados por capricho pelas mães (Correia, 2014, p. 92).<sup>22</sup>

<sup>22</sup> O autor estende este comentário ao Brasil, afirmando que ali os filhos das cativas eram desejáveis e “muitas mulheres imploram o patrocínio dos santos, para não serem estéreis as suas escravas, apesar do estado de celibato”.

Tais comportamentos eram lidos como signos da falência da moral cristã pelo contato com os costumes bárbaros dos nativos ou decorrência da vida nos trópicos. A Natureza era capaz de devorar a natureza humana, diga-se europeia, fazendo emergir outro tipo de natureza: a animal. Não podemos esquecer, no entanto, que descrições desse tipo mor das vezes não passam de jogos de cena ou de artifícios literários. Mais do que uma real reprovação os autores se utilizam desse tipo de referência picante para atizar imaginações e tornar seus relatos mais interessantes. No entanto, para que fosse aceitável fazê-lo, era preciso adicionar a censura. A crítica era feita para encobrir o prazer de quem vê e relata, como se percebe nas descrições de Cabo Verde, feitas pelo naturalista João da Silva Feijó.

São de mais a mais ignorantísimos; libidinosíssimos, e lascivos em extremo principalmente as mulheres, que de mais a mais são imodestas de todos os modos contempladas. Todo o tempo empregam em bailes a que chamam Zambunas, e outros divertimentos repreensíveis acompanhados d'ações e movimentos licenciosíssimos, que desagradam à honestidade (In Pereira & Santos, 2012, p. 379).

Mas não eram apenas as nativas e escravas o objeto dessa escrita. Às vezes explícito, às vezes apenas sugerido, é o protagonismo sexual das senhoras da nobreza da terra que ganha relevo. Insistência compreensível, pois por detrás destes relatos está uma figura feminina que excita múltiplas relações de alteridade. O iluminismo, principalmente através de Rousseau, reinventou o mito da sexualidade ilimitada da mulher. Nas colônias, o contato com as nativas (criaturas da natureza, por definição) levaria a mulher de origem europeia a perder aquele ‘natural’ pendor feminino para o recato e o pudor, dando vazão a insaciabilidade (Godineau, 1997, p. 315).

Quando deixavam Portugal e se dirigiam para as colônias, era nesse meio de nativas e mestiças que circulavam os governadores e vice-reis. O resultado teria sido o surgimento da figura do Governador Don Juan, libidinoso, bígamo ou que lançava olhares lúbricos para as

“nativas”, mesmo para as das elites. Assim que chegou a Salvador, o marquês do Lavradio escreveu ao primo para “dar novas das dulcinéias deste país”.

Este país é ardentíssimo, as mulheres têm infinita liberdade, todas saem à noite sós andam quase nuas a pouco mais de meia cintura para cima, e porque as camisas são feitas em tal desgarre, que um ombro, e peito daquela parte é necessário que ande aparecendo todo, saem em chinelas, e de todo este modesto preparo podés tu tirar a conclusão que se seguirá, tu neste país não te bastariam nem os meus conselhos (Lavradio, 1972, p. 29).

Outro artifício literário. O seu fascínio pelas mulheres locais esconde-se por detrás do suposto interesse que o parente teria se ali estivesse. No Rio de Janeiro, já promovido a vice-rei, Lavradio é até poético ao descrever os seios das naturais do país, metamorfoseando-os em odres de barro.

As dulcinéias deste país são marchetadas de jacarandá, com seus veios de Sebastião-da-arruda, e com a destruição que teve no terremoto de Lisboa a Rua dos Odeiros, passou essa fábrica para a América, onde é tão estimável que cada uma dessas donzelas trazem 2 dos sobreditos odres dos mais formosos pendurados ao pescoço (Lavradio, 1975, p. 100).

Que os governantes coloniais se “servissem” de escravas estava inscrito na mais corrente normalidade. Escravas eram coisas que podiam ser utilizadas a bel prazer e era um dado assente na cultura europeia que os homens tinham por necessidade básica a prática de sexo. Os regimentos de algumas fortalezas-feitorias portuguesas do norte da África previam e regulamentavam a presença de prostitutas, que eram levadas de Lisboa junto com a guarnição e recebiam alojamento, alimentação e salário. Eram consideradas um

meio de evitar conflitos internos e o intercuro com as nativas, o que provocaria o enfraquecimento militar desses postos avançados.

Os governantes coloniais só se tornavam vítimas de denúncias e da escrita maledicente quando abusavam desse ‘direito’. O dever era ser discreto, agir sempre porta adentro, não estabelecer um serrallo e não avançar sobre as casadas. Mimar publicamente uma escrava, mesmo uma mulata muito clara como Chica da Silva<sup>23</sup>, é que se tornava um escândalo.

Contudo, para a coroa portuguesa, casos dessa natureza eram de menor gravidade. O que preocupava eram as estripulias amorosas de vice-reis, governadores, capitães-comandantes, ouvidores com as mulheres das elites locais. Os principais agentes coloniais e a nobreza da terra viviam em constante fricção. O móvel era principalmente econômico. Esses oficiais prevaleciam de seus cargos para se estabelecerem como comerciantes monopolistas e agiotas nas terras para as quais eram designados. Muitas vezes eles se associavam com um clã local, em detrimento de outros. Transformavam-se, assim, em concorrência ‘desleal’ para com as elites nativas. A apropriação de mulheres era mais um detalhe a ampliar os conflitos. No mais das vezes tratava-se de apossar-se de mulheres segundo a mais perfeita legalidade civil e religiosa. Governadores casavam seus filhos e protegidos, e até eles próprios, com as herdeiras das principais famílias das colônias, para o desconsolo dos pretendentes locais. Os regimentos que recebiam para instruir seus governos costumavam proibir esses casamentos. A atitude de Lacerda e Almeida, desposando a herdeira da Chiponda, era tudo o que não era desejável, porque sem o plácito da coroa, que administrava tais uniões.

Mais grave ainda eram os casos que contrariavam as normas legais e religiosas vigentes. De crime dessa natureza era acusado o governador de Cabo Verde Antônio Machado de Faria e Maia (1784 – 1789). Seu período de administração foi uma espécie de apoteose de conflitos com a nobreza da terra. Entre os atos de que foi acusado, estava o de ter degradado vários integrantes da nobreza da terra

23 As representações de Chica da Silva esquecem que com exceção da avó materna, seus outros antepassados eram de origem europeia. Sobre os mitos que encobrem esta mulher, ver Furtado (2003).

dessas ilhas, entre eles Candido Almeida Spínola, enviado para cumprir pena na Guiné.

Spínola fundamentou largamente a sua queixa contra as tropelias d'esse governador, especie de D. Juan, dizendo que a razão d'elle ter cahido fora das graças era a Infelicidade de possuir uma mulher que a natureza dotara com os melhores requisitos de formosura, a qual sensibilisara o coração de Faria e Maia, querendo este por bem ou por mal assenhorear-se d'ella, como já tinha feito com a esposa de Antonio José Baptista. Esta mulher, com os seus filhos, foi depositada em casa de um caixeiro da sociedade [a Companhia do Grão-Pará] a pedido do governador. (Barcellos, 1906, v. 2, p. 97)

Tal tipo de ocorrência é mais frequente na documentação do que se imagina, o que nos leva a raciocínios de outra ordem. Não é descartável a hipótese de que a coroa, ao estimular ou pelo menos permitir que governantes nomeados para as colônias passassem a levar junto suas mulheres, tivesse em conta não apenas um suposto efeito civilizador sobre as elites femininas coloniais, mas, também, a possibilidade de por cobro à pretensão de seus maridos de se tornarem machos-alfa nas sociedades receptoras.

### *Para concluir*

Considerando o estado ainda rudimentar de questões dessa natureza em nossa historiografia, é difícil enveredar por uma conclusão ‘conclusiva’. Pode-se, no máximo, esboçar alguns caminhos especulativos que apontem para desdobramentos futuros.

Difícil avaliar a eficácia e a extensão da ida de esposas de governadores no processo de europeização das mulheres das elites coloniais. Mesmo porque, sua presença pode ser considerada um fator

a mais, que se combina com outros para produzir tal efeito. Basta que ponderemos que, desde essa época, cada vez mais a migração exclusiva de homens foi sendo substituída pela de grupos familiares. As levas de imigrantes açorianos trazidos para o Brasil são exemplo disto. O encurtamento de tempo e o aumento do conforto permitiriam que as viagens transoceânicas tivessem um acréscimo de público entre as altas-rodas. A difusão da imprensa e seu papel universal na conformação dos costumes das elites é outro fator a ter em conta.

A historiografia sobre a Índia inglesa tem tocado num fenômeno semelhante, mas que ocorreu em época posterior<sup>24</sup>. No período vitoriano, avolumaram as críticas à suposta licenciosidade em que os governadores e agentes da Companhia das Índias viviam no Oriente. A norma, diziam, era a mestiçagem, as segundas famílias, o concubinato. A solução encontrada foi mandar para lá majoritariamente homens casados com suas esposas. Os resultados foram os esperados, mas vieram acompanhados de efeitos paralelos que a sociedade inglesa da época tendeu a aplaudir, mas que hoje são mais que discutíveis. Os gestores coloniais britânicos foram, assim, ‘desindianizados’. As famílias dos agentes administrativos e comerciais fecharam-se em si próprias, criando sociabilidades das quais os nativos passaram a ser largamente excluídos. O racismo e o aparteísmo expandiram-se.

Na historiografia brasileira, a tendência amplamente dominante foi julgar as práticas sexuais e familiares da época a partir de normatividades e moralidades que faziam imaginar as colônias como um grande teatro dos vícios, como o fez Emanuel Araújo (1997)<sup>25</sup>. Todavia, a hipererotização da percepção do universo colonial não foi uma invenção recente, mas, à sua maneira, teve início com os relatos dos colonizadores a respeito de populações cujas moralidades sobre essas questões eram diferentes. A mitologia daí resultante foi largamente atualizada, no século XVIII, com a chegada dos europeus à polinésia e o decorrente contato com as nativas dessas ilhas.

24 Ver Kincaid (1971) e Barr (1976). Para outra região do império britânico ver Callaway (1987).

25 Apesar de falar em transgressão, o autor assume completa e explicitamente uma visão moralista sobre a sociedade colonial brasileira.

Da interação entre portugueses e as populações submetidas à sua colonização nasceram formas próprias de comportamentos sexuais e familiares. É uma obviedade constatar que essas relações tinham uma forte componente de exercício de poderes que passavam pelas hierarquias e papéis sexuais estabelecidos em cada um dos grupos sociais envolvidos, pelos escravismos e outras formas de domínio, pelos racismos e pelo colonialismo. No entanto, há que se levar em conta que nativos e colonos não foram apenas pacientes, mas também agentes, assim como os administradores coloniais. Estão aí Chica da Silva e Chiponda para nos lembrar de que colocar os que viveram nas colônias, ainda que mulheres negras e mulatas, apenas na condição de vítimas é um engodo.

O que se pode observar é que a historiografia brasileira, ao produzir julgamentos com base na moralidade cristã, quase sempre militou ao lado das senhoras europeias, levadas para conter maridos e ocidentalizar as senhoras das colônias. No entanto, parecem que não escapam disso as tendências historiográficas mais recentes que levam em conta a dominação entre gêneros e raças e que pretendem adotar óticas pós-coloniais. Segundo todos esses pontos de vista, as sociedades que surgiram dos processos coloniais portugueses estavam maculadas por uma espécie de pecado original. A condenação inicial pela moral cristã aos poucos cedeu espaço para reprovações morais de nova espécie, sejam elas de gênero ou raciais. O ‘lado perverso’ apontado por todas essas normatividades é o intercuro sexual e afetivo entre nativas e colonizadores, bem como os resultados dos mesmos. A miscigenação cultural e racial continua a incomodar muito. Moralistas de velha estirpe, certos feminismos e parte dos movimentos de fundo racial continuam a lamentar os moldes da colonização portuguesa<sup>26</sup>. O positivo da imagem são os países de raiz britânica, que teriam nascido quase sem o pecado do hibridismo. Vai longe o tempo em que era possível cantar, sem que a polícia batesse à porta:

26 Insistido nas ressalvas, a crítica vai para apenas uma parcela desses ativismos. Não há no texto o intuito de menosprezar movimentos sociais, sejam quais forem. Houve apenas a intenção consciente de lançar provocações. Trazer certos debates para o presente, pautado na ideia de que o passado não fica, nem deve ficar, no passado. Vivemos ativamente esse passado, que é o nosso, e não outro qualquer.

Viva Iracema, ma, ma!  
 Viva a mulata, ta, ta, ta, ta!  
 Carmem Miranda, da, da, da, da!

Cova da Piedade, julho de 2018.

## *Bibliografia*

ABREU, Miguel Vicente de. *O governo do vice-rei conde do Rio Pardo no estado da Índia Portuguesa* desde 1816 até 1821. Nova Goa: Imprensa Nacional, 1869.

*Adolonymo em Sydonia. A Ninfa Siringa. Novos Encantos de Amor. Adriano em Syria*. Lisboa: Á custa de Luiz de Moraes, 1751.

ALBUQUERQUE, Viriato A. C. de (ed.). *O senado de Goa; memória histórico-arqueológica*. Nova Goa: Imprensa Nacional, 1909.

ALMEIDA GARRET. Necrologia à Morte de D. Leocádia Teresa de Lima e Melo Falcão Vanzeler (1848). In: \_\_\_\_\_. *Memórias biográficas*. Lisboa: Edições Vercial, 2014.

ARAÚJO, Emanuel. *O teatro dos vícios; transgressão e transigência na sociedade urbana colonial*. Brasília: Editora UNB, 1997.

*Archivo Pittoresco*. Lisboa: Tip. de Castro Irmão, v. 9, 1866.

BARCELLOS, Christiano José de Senna. *Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1906.

BARR, Pat. *The Memsahibs: The Women of Victorian India*. London: Secker and Warburg, 1976.

BOXER, Charles R. *Mary and misogyny. Women in Iberian Expansion Overseas. 1415-1815*. London: Duckworth, 1975.

BRITO, Paulo José Miguel de. *Memoria politica sobre a capitania de Santa Catharina*. Lisboa: Academia Real das Sciencias de Lisboa, 1832.

CALLAWAY, Helen. *Gender, Culture and Empire: European Women in Colonial Nigeria*. Oxford: Macmillan Press, 1987.

CAPELA, José. *Donas, Senhores e Escravos*. Lisboa: Edições Afrontamento, 1996.

CHELMICKI, José Conrado Carlos de, *Corografia Cabo-verdiana*. Lisboa: Typ. De L. C. da Cunha, 1841.

CORREIA, Elias Alexandre da Silva. História de Angola (1787). In: PEREIRA, Magnus Roberto de Mello e CRUZ, Ana Lúcia Rocha Barbalho. *Elias Alexandre da Silva Correia; Um militar brasileiro em Angola*. Curitiba: Editora da UFPR, 2014.

DANTAS, Júlio. *O Amor em Portugal no Século XVIII*. Porto: Chardron, 1917.

EÇA, Filipe Gastão de Almeida de. *Lacerda e Almeida; Escravo do dever e mártir da ciência*. (1753-1798). Lisboa. s. n., 1951.

ELIAS, Norbert. *A sociedade de corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001

FURTADO, Júnia Ferreira. *Chica da Silva e o contratador dos diamantes: o outro lado do mito*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

GODINEAU, Dominique. A mulher. In: VOVELLE, Michel, (org.) *O homem do iluminismo*. Lisboa: Editorial Presença, 1997.

GOUVÊA, Maria de Fátima. Poder político e administração na formação do complexo atlântico português. (1654-1808) In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda e GOUVÊA, Maria de Fátima. (org.) *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa*. (séculos XVI-XVIII) Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

KINCAID, Dennis. *British social life in India. 1608-1937* New York: Kennikat Press, 1971.

LAVRADIO, Marquês do. *Cartas da Bahia*; 1768-1769. Rio de Janeiro. Arquivo Nacional, 1972.

LAVRADIO, Marquês de. *Cartas do Rio de Janeiro*, 1769-1776. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1975.

LOBATO, Alexandre. *Evolução administrativa e económica de Moçambique*. 1752-1763. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1957.

MACFARLANE, Alan. *História do casamento e do amor*. São Paulo: Cia. Das Letras, 1996.

MARTINS, J. F. Ferreira. Mudança da cidade de Goa para Mormugão. *O Oriente Português*. v.7, 1910.

MARTINS, Luísa Fernanda Guerreiro. *Francisco José de Almeida*; travessias científicas e povos da África central. 1797-1884. Lisboa: Universidade de Lisboa: 1997. (Tese policopiada)

MENEZES, Joaquim Antonio. *Demonstração geográfica e política do territorio portuguez na Guiné inferior*: que abrange o reino de Angola, Benguella e suas dependencias; causas da sua decadencia e atrasamento, suas conhecidas producções e os meios que se podem applicar para o seu melhoramento e utilidade geral da nação. Rio de Janeiro: Typ. Classica de F.A. de Almeida, 1848.

MIRANDA, António Pinto de. Memória sobre a costa da África. (circa 1766) In: ANDRADE, António Alberto de, (org.). *Relações de Moçambique setecentista*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1955.

PEREIRA, A. B. de Bragança. *As capitais da Índia Portuguesa*. Nova Goa: Imp. Gonçalves, 1932. p.41 e ss.

PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. *A forma e o poder*; duas agendas da cidade de origem portuguesa nas idades medieval e moderna. Curitiba: UFPR, 1998. (Tese policopiada)

PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. Alguns aspectos da questão sanitária das cidades de Portugal e suas colônias; dos saberes olfativos medievais à emergência de uma ciência da salubridade iluminista. *Topoi*, n. 10, 2005, p. 99-142.

PEREIRA, Magnus Roberto de Mello e RIBAS, André Akamine. *Francisco José de Lacerda e Almeida: um astrônomo paulista no sertão africano*. Curitiba: Editora da UFPR, 2012.

PEREIRA, Magnus Roberto de Mello e SANTOS, Rosângela Maria F. *João da Silva Feijó: Um homem de ciência no Antigo Regime português*. Curitiba: Editora da UFPR, 2012.

PEREIRA, Francisco Raymundo de Moraes. *Annal indico-lusitano dos sucessos mais memoráveis, e das acçoens mais particulares do primeiro anno do felicissimo governo do illustrissimo, e excellentissimo senhor Francisco de Assis de Tavora*. Lisboa: Officina de Francisco Luiz Ameno, 1753.

RACINE, Jean. *Alexandre le Grand: tragédie*. Bavière: Vötter, 1755.

RIVARA, Joaquim Heliodoro da Cunha. *Catalogo dos manuscriptos da Bibliotheca Pública Eborense*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1850.

RODRIGUES, Eugénia. Chiponda, a “senhora que tudo pisa com os pés”. Estratégias de poder das donas dos prazos do Zambeze no século XIII. *Anais de História de Além-mar*, n. 1, 2000, p. 101-131.

SILVA. *Execução da Marquessa de Tavora*. Lisboa: Lith. de Lopes, s.d.

TORRES, J. C. Feo Cardozo de Castelobranco e. *Memórias; contendo a biographia do Vice Almirante Luiz da Motta Feo e Torres, a história dos Governadores Geraes de Angola, desde 1575 até 1825 e a descripção geographica e política de Angola e de Benguella*. Pariz: Fantin livreiro, 1825.

RECEBIDO EM 04/09/2018  
APROVADO EM 07/03/2019